CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 29/10/2022 - 05:56

Ataques ofuscam propostas no duelo entre Lula e Bolsonaro

Mauro Pimentel / AFP)

Parece que meu adversário está descompensado. Ele é um samba de uma nota só. É uma bobagem comparar o Bolsa Família com o Auxílio Brasil, porque era só um dos programas de distribuição de renda"

Luiz Inácio Lula da Silva, *candidato do PT*

Mauro Pimentel/AFP

Você é favorável que o povo passe fome. Você é favorável que o combustível fique lá em cima para chegar ao poder e posar de salvador da pátria. Tu é um grande farsante, Lula"

Jair Bolsonaro, *candidato do PL*

No último debate antes da votação do segundo turno, Lula e Bolsonaro trocam ofensas, numa repetição da campanha polarizada. Em mais de duas horas de confronto, sobrou pouco espaço para candidatos abordarem programas de governo

Muitas acusações e poucos projetos

» VINICIUS DORIA

A última cartada da mais tensa e violenta disputa presidencial já vista no país desde a redemocratização foi dada ontem à noite, no debate da TV Globo. Frente a frente, o presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta voltar ao poder depois de dois mandatos entre 2002 e 2010, passaram a maior parte do programa trocando acusações e deixando em segundo plano propostas de governo.

Cões audiência na casa dos milhões de espectadores, o último debate desta eleição seguiu o modelo adotado no primeiro turno, em que os candidatos puderam administrar o próprio tempo.

Bolsonaro levou para o estúdio dois de seus principais coordenadores de campanha, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, e o marqueteiro Fábio Wajngarten, além do ex-ministro e ex-desafeto Sergio Moro (União Brasil), eleito senador pelo Paraná.

Lula chegou à emissora acompanhado da esposa, Rosângela da Silva, a Janja; do vice de chapa, Geraldo Alckmin (PSB); da ex-ministra Marina Silva (Rede); e da senadora Simone Tebet (MDB). No estúdio, além de Janja, teve como auxiliares de palco a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e o marqueteiro da campanha, Sidônio Palmeira.

Confirmando as expectativas, os dois candidatos partiram, logo no primeiro bloco, para a troca de provocações. A primeira pergunta, por sorteio, foi feita por Bolsonaro, que questionou Lula sobre acusações feitas na propaganda petista de que ele iria congelar o salário mínimo e aposentadorias.

O ex-presidente aproveitou o tema para perguntar por que o governo atual não deu aumento real para o mínimo, como ocorreu na gestão do petista. Bolsonaro mordeu a isca, ficou na defensiva, com o argumento de que o país viveu uma crise por causa da pandemia. E prometeu elevar o valor do mínimo para R$ 1,4 mil no ano que vem.

A partir daí, expressões como "mentira" e "mentiroso" passaram a ser constantes em todas as participações. Até que Lula cobrou o fraco crescimento econômico nos últimos anos. Bolsonaro disse que recebeu o país em crise, referindo-se ao governo Dilma Rousseff. Nesse ponto, o primeiro bloco atingiu seu momento mais tenso. O petista lembrou que o presidente "recebeu o governo de um golpista chamado Michel Temer, não recebeu de Dilma".

O chefe do Executivo perguntou por que adversário "esconde" nomes que se envolveram no escândalo do mensalão, como os ex-ministros Antônio Palocci e José Dirceu. Lula rebateu dizendo que no governo dele havia transparência e que quem está escondendo aliados é o presidente. Citou o ataque feito pelo ex-deputado Roberto Jefferson a uma equipe da Polícia Federal.

No segundo bloco do debate, cada candidato teve o direito de escolher um tema para discussão. Lula perguntou sobre combate à fome. Bolsonaro defendeu o Auxílio Brasil e contestou os dados de que há mais de 30 milhões de brasileiros sem ter o que comer. Apresentou dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que indicariam redução da extrema pobreza de 5,1% para 4% da população. "Diminuiu comigo a extrema pobreza", disse o presidente. O petista lembrou do governo dele, quando "o povo tinha dinheiro para comprar comida, trocar de fogão, viajar".

Bolsonaro escolheu o tema "respeito à Constituição" e afirmou que "Joga dentro das quatro linhas da Constituição" há três anos e 10 meses. E atacou Lula dizendo que o ex-presidente apoia invasões de terra. "Isso é respeitar a Constituição?", provocou o chefe do Executivo. O adversário respondeu dizendo que quem ameaça ministros do Supremo é o presidente. Bolsonaro retrucou argumentando que suas opiniões são "liberdade de expressão".

O aborto foi outro assunto do bloco, a partir de uma provocação de Lula, que relembrou um discurso de Bolsonaro na Câmara, nos anos 1990, defendendo um remédio abortivo. E perguntou se o concorrente se lembrava das declarações. O presidente admitiu, mas minimizou a questão dizendo que a declaração havia sido dada "muito tempo atrás". E devolveu a acusação: "Você é abortista convicto", acusou. O petista revidou sustentando que sempre foi contra o aborto. "Se você quer jogar a culpa do aborto em alguém, em mim não cola", enfatizou Lula.

Pandemia

No terceiro bloco, com tema livre, Lula retomou a discussão sobre a pandemia e perguntou por que o presidente "esconde" o próprio cartão de vacina e por que cortou recursos do programa Farmácia Popular. Também questionou por que o Brasil, que tem 3% da população mundial, foi responsável por 13% das mortes pela doença em todo o mundo. Bolsonaro defendeu as ações do seu governo e reafirmou que o país foi um dos primeiros a iniciar a vacinação em massa. Não falou sobre o sigilo em relação ao seu cartão de vacina. O petista acusou o adversário de não demonstrar nenhum gesto de solidariedade às famílias que perderam parentes para a pandemia. Disse que o concorrente foi ao velório da rainha Elizabeth, do Reino Unido, "enquanto 640 mil pessoas morreram de covid no Brasil".

Lula indagou Bolsonaro sobre os investimentos do atual governo na área da saúde. "Sabe o que você fez a mais? Comprou 35 mil caixas de Viagra para dar às Forças Armadas. Explique por que, já que o povo não tem sequer fraldão geriátrico", frisou. "Lula, o Viagra é usado para vários tratamentos", disse o presidente. Nessa hora, o petista foi até o adversário e o interrompeu: "Essa eu quero ver você responder, explique". "Eu expliquei: o Viagra é usado para tratamento de (câncer de) próstata", frisou o chefe do Executivo. Foi a deixa para Lula provocar: "Só as Forças Armadas têm direito, por que você não distribui de graça para o povo?"

Outro tópico que entrou na reta final do debate foi a da política de liberação de armas para civis, promovida pelo atual governo. Bolsonaro acusou Lula de se encontrar com "chefões do tráfico" quando visitou o Complexo de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro. "Você propôs aos chefões do tráfico entregar fuzis ou apenas fez média com eles para ganhar votos do pessoal do comunidade?", atacou. "Eu sou o único presidente da República que tem coragem moral para entrar numa favela, ser tratado como ser humano e tratar a todos com respeito. Todo mundo ali é gente trabalhadora, extraordinária", respondeu o petista, que prometeu retomar o controle e a fiscalização das armas no país por meio do Exército.

Na sequência, foi a vez de Lula provocar o adversário informando que o governo cortou todos os recursos orçamentários para proteção da mulher. Bolsonaro defendeu-se afirmando que o Orçamento poderá ser modificado depois pelo Congresso.

Emprego

Na última rodada de debates, com temas pré-definidos, Bolsonaro escolheu falar de geração de emprego, lembrando que os dados deste ano são positivos para a geração de empregos, com uma média de 250 mil vagas abertas mensalmente. Lula revidou, sustentando que os números só são positivos porque foram incluídos na conta o trabalho informal, o trabalho eventual e os microempreendedores individuais. No governo dele, os dados se referiam ao emprego com carteira assinada, que registraram saldo de 22 milhões de vagas. O presidente ressaltou que o Brasil se recuperou da pandemia gerando milhares de empregos.

Foi nesse bloco que Bolsonaro apresentou, pela primeira vez, projetos de governo na área da infraestrutura. Listou uma série de investimentos que deverão ser tocados, se reeleito. "A costa do Nordeste será um oásis com (usinas) eólicas", disse. Elencou, também o futuro metrô de Belo Horizonte, o término da construção da usina nuclear Angra 3 (RJ) e o início da exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha (MG).

Lula optou por fazer uma pergunta sobre meio ambiente, destacando a crise climática global. Bolsonaro respondeu apresentando dados que, segundo ele, mostrariam que os números do desmatamento no governo Lula era superiores aos do atual governo. O ex-presidente citou a presença da ex-ministra Marina Silva e se comprometeu a acabar com o desmatamento ilegal. "Eu não vou ficar discutindo os números invisíveis que ele traz e eu nem sei qual é a fonte", enfatizou o petista. "Eu dei a fonte e, se você quiser, depois do evento, discutir com os jornalistas aqui, eu discuto sem problema nenhum",

Análise da notícia

Debate não criou fato político

» LUIZ CARLOS AZEDO

O debate entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro foi marcado pela troca de acusações entre os dois candidatos, sem nenhuma grande novidade. Os dois se referenciaram no próprio governo, dentro de um roteiro mais ou menos previsível. Não houve nada que pudesse criar um fato político novo às vésperas da eleição, a ponto de alterar radicalmente a correlação de forças na campanha eleitoral.

Bolsonaro procurou atacar Lula nos pontos em que o petista tem mais dificuldades para se defender: o escândalo da Petrobras, o envolvimento de líderes petistas no mensalão, as invasões de terras do MST e a ocupação de prédios desabitados. A recessão no governo Dilma Rousseff, as relações de Lula com Argentina, Venezuela e Cuba. Tentou pautar a questão dos costumes para pôr Lula na defensiva em relação ao aborto. Tudo isso já está redes sociais.

Lula bateu em Bolsonaro por causa dos reajustes do salário mínimo e das aposentadorias abaixo da inflação, criticou a atuação do governo na pandemia, questionou a política armamentista do adversário, seus arroubos autoritários e o isolamento internacional. Tentou Levar o debate para a discussão de propostas, mas os ataques pessoais continuaram dando a tônica.

As agressões pessoais foram constantes, um tachando o outro de mentiroso. Bolsonaro chamou Lula de ladrão várias vezes; o petista acusou o concorrente de envolvimento com o escândalo das rachadinhas. Mas ninguém foi nocauteado.

Em comparação com os debates anteriores, Lula estava muito mais seguro e combativo; Bolsonaro manteve sua eventual agressividade. Ambos esgrimiram números sobre indicadores de violência, recursos destinados à educação e à saúde e a questão ambiental, igualmente em relação ao emprego, à renda e às taxas de crescimento.

Trocando em miúdos, Bolsonaro precisava levar Lula a nocaute; não conseguiu. Lula precisava apenas chegar ao final do debate inteiro, sem fraquejar; conseguiu. Vamos ver se o resultado das urnas confirma essa avaliação.

ELEIÇÕES 2022

Após ter jogado sobre o TSE a desconfiança de ter falhado no acompanhamento das inserções, Fabio Faria tenta se afastar do episódio ao dizer que não calculou que o caso tomaria vulto e ensejaria pedidos de adiamento do 2º turno

"Arrependido" por suspeitar

» RAPHAEL FELICE

O ministro das Comunicações Fábio Faria admitiu, ontem, ter se "arrependido profundamente" por trazer à tona a suspeita da campanha de Jair Bolsonaro (PL) de que as inserções relacionadas à candidatura ao presidente sofreram um boicote de rádios, sobretudo no Nordeste. Na última terça-feira, ele convocou para uma coletiva, realizada em frente ao Palácio da Alvorada, quando, ao lado coordenador de comunicação da campanha, Fabio Wajngarten, afirmaram que 154 mil propagandas eleitorais tinham deixado de ser veiculadas.

"Me arrependi profundamente de ter participado daquela coletiva. Se eu soubesse que iria escalar (ou seja, que o episódio daria margem a que pedissem o adiamento do segundo turno da eleição, que se realiza amanhã), não teria entrado no assunto. Fiquei imediatamente contra tudo isso", salientou.

Um dos coordenadores da campanha de Bolsonaro, Faria reconheceu, ainda, que a falha no acompanhamento das inserções foi do próprio partido, o PL, que percebeu o problema tardiamente. A convocação da coletiva, segundo o ministro, foi uma tentativa de mediar um acordo entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — que tentaram culpar pelo problema — e o comitê do presidente. A ideia era conseguir alguma compensação da Corte pelas inserções que não foram ao ar.

"A falha era do partido, que percebeu o problema tardiamente, e não do TSE. Como havia pouco tempo para o tribunal fazer uma investigação mais aprofundada, eu iniciei um diálogo com em torno do assunto", disse.

Em entrevista à emissora CNN, na última quinta-feira, o coordenador de comunicação da campanha do presidente, Fabio Wajngarten, também reconheceu que a culpa das inserções que não foram publicadas não era do TSE, mas, sim, da campanha que não fez um acompanhamento correto.

Evaristo Sá/AFP

Faria justificou a coletiva como uma tentativa de obter do TSE compensação pelas inserções que não foram ao ar por falha da campanha do presidente

> Me arrependi profundamente de ter participado daquela coletiva. Se eu soubesse que iria escalar (que o episódio daria margem a que pedissem o adiamento do 2º turno da eleição), não teria entrado no assunto. Fiquei imediatamente contra tudo isso"
>
> ***Fabio Faria,*** *ministro das Comunicações e um dos coordenadores da campanha de Bolsonaro*

Má ideia

As declarações de Faria e Wajngarten deram aos bolsonaristas o argumento de que o segundo turno das eleições deveria ser adiado para que o problema relacionado à campanha do presidente fosse sanado. Um dos que vieram a público defender essa teoria foi o senador Lasier Martins (Podemos-RS), no que foi acompanhado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e outros apoiadores do presidente. Por causa disso, segundo Faria, deu-se o recuo. Ele esclareceu que a intenção na coletiva era apenas recuperar o suposto espaço perdido nas rádios.

A ideia de adiar as eleições também foi visceralmente rejeitada pelo Centrão. Os presidentes do PL, Valdemar Costa Neto, e do PP, o ministro da Casa Civil Ciro Nogueira, reprovam qualquer tentativa de não se realizar o pleito amanhã ou a ideia de um "terceiro turno". Segundo Faria, jogar a votação decidiva para outra data também "prejudicaria o presidente".

A poucas horas do segundo turno, a mudança na data das eleições exigiria uma emenda constitucional, a ser proposta e aprovada no Congresso. Seria preciso que o texto contasse com a aprovação de 3/5 dos deputados (308 votos favoráveis) e o mesmo entre os senadores (49). Além disso, precisaria ser aprovada em dois turnos na Câmara e no Senado.

As datas do primeiro e do segundo turno das eleições estão previstas na Constituição, no artigo 77. "A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente", diz o texto constitucional.

Apesar do mea culpa, o ministro argumenta que o caso da exoneração do servidor do TSE Alexandre Gomes Machado, no dia seguinte à coletiva, também contribuiu para a construção da suspeita. Machado era assessor de gabinete da Secretaria-Geral da Presidência do tribuna e, após ser demitido, prestou depoimento à Polícia Federal culpando a Corte de encobrir a suposta falha na veiculação das inserções em rádios da campanha de Bolsonaro.

Inépcia

Além das acusações feitas por Faria e Wajngarten na coletiva de terça-feira, a campanha de Bolsonaro enviou ao TSE, na última quarta-feira, uma ação com pedido de investigação sobre as inserções que deixaram de ser veiculadas. O comitê do presidente contratou duas auditorias privadas, que apontaram irregularidades na publicação da propaganda de Bolsonaro em oito rádios da região nordeste.

No entanto, o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, considerou a denúncia "inepta", e ainda disse que a intenção da campanha do presidente era o de "tumultuar o segundo turno" às vésperas da eleição. Por causa disso, determinou investigação de suposto "cometimento de crime eleitoral". A decisão de Moraes também diz que é ilegal o uso de verbas do fundo eleitoral para fazer auditoria.

O presidente do TSE aproveitou para esclarecer aquilo que a campanha de Bolsonaro tentou negar: fiscalizar a inserção em emissoras de rádio ou tevê não cabem ao tribunal. A ida ao ar das propagandas eleitorais é de responsabilidade dos veículos e a fiscalização deve ser feita pelos próprios partidos.

Tribunais terão segurança extra

A segurança dos Tribunais Superiores e da Praça dos Três Poderes, em Brasília, estará reforçada amanhã, quando acontecerá o segundo turno da eleição presidencial. Serão destacados policiais para acompanharem juízes eleitorais e o ministros das Cortes, que têm sido alvo de ameaças. As forças de segurança também já trabalham para proteger os locais que guardam as urnas eletrônicas.

As áreas de prédios sensíveis, como o do Supremo Tribunal Federal e o do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — principais alvos dos discursos de ataques às instituições — serão cercadas por grades e terão a proteção da Polícia Militar (PM), além das equipes de segurança dos próprios prédios. O setor central de Brasília, que concentra o Congresso, o Palácio do Planalto e os ministérios da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores também deverá ficar com o acesso restrito. Já na tarde de ontem, o acesso de veículos à Praça dos Três Poderes estava bloqueado.

De acordo com o governo do DF, todos os 610 locais de votação e os 20 juntas de apuração dos votos terão aumento no policiamento Equipes da PM, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Civil, que atuarão para evitar tumultos e distúrbios civis, com folgas canceladas dos profissionais de segurança, com todo o efetivo de prontidão caso necessário.

Apoiadores do petista Luiz Inácio Lula da Silva se reunirão na área da Torre de TV, a partir das 17h de amanhã para acompanhar a apuração. Já os bolsonaristas estarão na Esplanada dos Ministérios. O secretário de Segurança Pública do DF, Júlio Danilo, afirmou que o número do efetivo que trabalhará no dia da eleição não será divulgado por questões de segurança, mas ressaltou que todos os agentes estarão de prontidão caso precisem ser acionados.

Alan Santos/PR

Segundo Torres, ênfase da segurança no 2º turno será o combate à boca de urna e à compra de votos

Boca de urna

No restante do país, a PF e a PRF executarão a Operação Eleições 2022 — 2º turno. De acordo com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, o foco para esta etapa das eleições será o combate à boca de urna e à compra de votos.

"Esse tipo de crime não será tolerado pelas polícias Federal e Rodoviária Federal, que estão prontas para reprimi-los", reforçou o ministro. Torres afirmou que desde o início da campanha eleitoral, foram apreendidos mais de R$ 10 milhões, em espécie, relacionados à suspeita de compra de votos.

Serão 10 mil homens da PF e da PRF trabalhando para garantir a segurança. No total, cerca de 500 mil profissionais estarão nas ruas para garantir o direito de voto e evitar os crimes eleitorais. O efetivo estará mobilizado nos 26 estados e no Distrito Federal em zonas eleitorais, locais de votação e de apuração, vias públicas e estações de transporte.

"O Brasil está pronto para o segundo turno no que diz respeito à segurança das eleições. O nosso recado é de tranquilidade, para o eleitor exercer livremente o seu direito", observou.

De 15 de agosto — quando teve início o período eleitoral — até 2 de outubro, 441 pessoas foram presas durante a operação. Foram registrados 1.634 crimes e a maioria dos flagrantes (444) foi por boca de urna, seguido por compra e/ou venda de votos (198) e violação de sigilo (76). O Ministério da Justiça e Segurança Pública registrou, somente no primeiro turno, no último dia 2, 1.378 crimes eleitorais, efetuou 352 prisões e apreendeu R$ 137 mil.

A ação da PF e da PRF será acompanhada, em tempo real, por representantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das polícias Civil e Militar dos estados, dos corpos de Bombeiro Militar, do Ministério da Defesa, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), das secretarias de Segurança Pública dos estados e da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec). (**Colaborou Gabriela Ornelas**)

MPT alerta às denúncias sobre assédio eleitoral

» LUANA PATRIOLINO

O Ministério Público do Trabalho (MPT) registrou, até a noite de ontem, 2.243 denúncias de assédio eleitoral em todo país. Preocupado com a escalada do crime, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) pediu reforço dos estados para combater o crime às vésperas do pleito. Por meio de ofício, a Corte solicitou um esquema de plantão diferenciado com procuradores e servidores aptos a receberem os relatos de intimidação sobre a livre escolha do voto.

Segundo nota divulgada pelo TST, o objetivo é garantir que a Justiça do Trabalho consiga atender as possíveis demandas, que exigem rápida intervenção. A recomendação foi feita depois de o MPT manifestar à Corte extrema preocupação com a quantidade dos crimes.

O MPT informou, ainda, que abrirá suas unidades em regime de plantão, hoje e amanhã. "Especialmente no caso daqueles que não são dispensados por seus empregadores para exercer livremente tal direito, o que configura assédio eleitoral", salientou nota do Ministério Público do Trabalho.

Sudeste

Os dados divulgados pelo relatório do MPT mostram que a maior concentração de denúncias está na Região Sudeste, com 902 registradas até às 19h de ontem. Em seguida, aparece o Sul (645), o Nordeste (396), o Centro-Oeste (185) e o Norte (115). O documento também aponta um total de 1.731 empresas denunciadas.

O número causa espanto quando comparado à última eleição. Em 2018, segundo o MPT, foram 212 denúncias, de 98 empresas diferentes. O aumento de casos em relação a este ano é de 1.058%.

Segundo o MPT, configura assédio eleitoral a conduta abusiva que atenta contra a dignidade do trabalhador, submetendo-o a constrangimentos e humilhações, para obter vantagem para um político ou partido. Também é enquadrado no crime promessas de vantagens ou ameaças de prejuízos na relação de trabalho, caso algum candidato ou candidata vença ou perca as eleições.

"Além de representar uma violação à Constituição, que garante a liberdade de consciência, de expressão e de orientação política, protegendo o livre exercício da cidadania por meio do voto direto e secreto, o assédio eleitoral pode resultar no ajuizamento de ação civil pública com pedidos indenizatórios, além de constituir crime previsto nos artigos 299 e 301 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), com pena de reclusão de até quatro anos e multa", destaca o MPT.

Na avaliação do pesquisador e professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) Igor Figueiredo, o aumento do assédio eleitoral é reflexo da polarização política e da herança colonialista. "Esse tipo de comportamento perdura há décadas. Sempre existiu desde a ampliação do sufrágio, aumentando ou diminuindo, a depender da conjuntura política. É um pilar da cultura do medo propagada pelas classes dominantes", explicou. (**Colaborou Michelle Portela**)

Copyright © Clipclap 2025.

Presidente do TSE convida integrantes dos Três Poderes para a contagem de votos. Objetivo é rechaçar eventuais contestações

Moraes quer autoridades na apuração

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, disparou convites para autoridades dos três Poderes acompanharem, na sede da Corte, a apuração dos votos amanhã. Todas as entidades fiscalizadoras das eleições foram convidadas a comparecer ao tribunal, como as Forças Armadas e a Polícia Federal. Mas duas figuras importantes do Legislativo ainda não confirmaram presença — os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Moraes tenta reeditar a imagem produzida no primeiro turno, quando reuniu Pacheco; os presidentes do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas; e do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber; e o procurador-geral da República, Augusto Aras. O objetivo do encontro é chancelar o resultado das urnas e rechaçar eventuais contestações.

No primeiro turno, quando se especulava a possibilidade de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguir votos para já encerrar o pleito, o TSE temia contestações do Ministério da Defesa por meio da apuração paralela dos votos. Passadas três semanas, as Forças Armadas perderam protagonismo no movimento de confrontação à Justiça Eleitoral para dar espaço aos ataques diretos da campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ausente no primeiro turno, Lira ainda avalia se virá a Brasília ou se acompanhará a contagem de Alagoas, onde aguarda o resultado da disputa ao governo do estado. Caso retorne à capital federal amanhã, deve reunir lideranças do Centrão na residência oficial da Presidência da Câmara.

Augusto Aras também evitou confirmar a presença no TSE. O procurador-geral contestou a resolução que ampliou os poderes do colegiado para remover conteúdos classificados como falsos pelos ministros.

Até o momento, o presidente do TCU foi a única autoridade de fora do Poder Judiciário a confirmar que acompanhará a apuração no TSE. Dantas também garantiu que estará presente na coletiva de anúncio dos resultados, quando é feita a foto oficial com todas as autoridades.

Outra liderança que confirmou presença no tribunal foi a presidente do STF, Rosa Weber, que mantém contato constante com Moraes para alinhar o apoio às ações da Corte eleitoral e ao resultado do pleito. Assim como fez no primeiro turno, a ministra pôs todo o aparato técnico de segurança e comunicação do STF à disposição do TSE.

Moraes deve contar com o apoio, também, de entidades do Judiciário, como a Associação de Juízes da Justiça Federal (Ajufe) e a Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR).

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2, 4 e 5

Copyright © Clipclap 2025.